

## Editorial



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

### A forte dependência açoriana

Há poucos dias publicamos neste jornal um trabalho de investigação liderado pelos professores João Duarte e Pedro Brinca, da Universidade Nova SBE, que avalia o impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) nas diferentes regiões em Portugal e conclui, relativamente aos Açores, que somos a região onde os FEEI tiveram maior influência, foi com um impacto de 2% de crescimento do PIB anual entre 2014 e 2020.

A conclusão dá nota de uma dependência muito grande dos Açores dos fundos comunitários, o que não é bom sinal.

Isto quer dizer que, sem fundos comunitários, não nos aguentamos face às restantes regiões e face à Europa, implicando uma economia pouco dependente de si mesma. Mesmo com os apoios, não convergimos.

O Prof. João Duarte, em entrevista ao nosso jornal, vai mesmo mais longe, explicando que sem o apoio dos FEEI, o crescimento do PIB dos Açores teria crescido metade do que o que cresceu, uma diferença de 4% ao ano para 2% ao ano em termos de PIB nominal.

Além de que, sem os FEEI os Açores teriam ficado mais longe das regiões mais desenvolvidas economicamente de Portugal e da UE.

Esta forte dependência devia trazer à agenda política regional uma reflexão sobre o modo como estamos a viver, uma vez que os fundos estruturais não vão existir eternamente.

Com uma dívida bruta regional acima dos 2 mil milhões de euros (ou 3 mil milhões se contarmos com as responsabilidades futuras), um crescimento anémico, todos os anos, da nossa riqueza, uma cada vez maior dependência do exterior para sobrevivermos em géneros alimentícios e uma população a envelhecer, tudo aliado às transferências da comunidade e do Orçamento de Estado, então temos uma tempestade perfeita.

E se a tendência dos próximos anos for para empobrecer, com a ameaça da inflação galopante e a subida das taxas de juro, mais agravado ficará o nosso nível de vida e maior ficará, ainda, a nossa dependência social e económica.

Os nossos políticos parecem pouco preocupados com isto, atarefados que andam nas suas tricas internas pelo assalto ao poder e aos lugares das sinecuras, não falando da habitual clientela que ronda o orçamento público à espera da melhor oportunidade para abocanhar as “bazucas” e os incentivos comunitários.

Uma das medidas que se devia começar a pensar era descentralizar mais o orçamento e os fundos, conforme alerta dos autores do referido estudo.

O Prof. João Duarte diz mesmo que o que mais o impressionou nos Açores foi o volume dos fundos transferidos face ao nível de valor acrescentado bruto de alguns municípios dos Açores.

E dá o exemplo da Graciosa, que foi o município que mais recebeu fundos face ao seu valor acrescentado bruto em Portugal.

O impacto dos FEEI foi enorme, contribuindo para um crescimento anualizado do valor adicionado bruto acima dos 20%.

O que quer dizer que os fundos estruturais, em alguns municípios dos Açores, proporcionaram taxas de crescimento ao nível das taxas de crescimento na China nos tempos áureos, como sublinha o entrevistado.

É a confirmação da velha teoria de que um euro gasto numa autarquia, gera muito mais impacto do que um euro gasto pelo governo.

Agora que se volta a falar tanto de regionalização, os políticos deviam preocupar-se, antes, com a descentralização, a começar pelas Regiões Autónomas, onde há muito para descentralizar.

Podíamos começar por dar o exemplo, cá dentro, em vez de continuarmos neste modelo errado de apostar apenas nas capitais dos ex-distritos.

Esta fórmula distorcida do “desenvolvimento harmónico” também explica muito sobre a nossa forte dependência.

E o nosso atraso.

## Licenciamento de habitações dispara nos Açores



No 1º trimestre de 2022, foram licenciados em Portugal 8,0 mil fogos em construções novas para habitação familiar, segundo o INE.

Este valor representa um acréscimo de 9,3%, face a igual período de 2021 (-3,9% no 4º trimestre de 2021).

Em comparação com o 1º trimestre de 2019, os fogos em construções novas aumentaram 24,8%. O Algarve assinalou a única variação homóloga negativa de todas as regiões do país (-52,5%). O decréscimo registado nesta região ocorre em consequência de um efeito de base, dado que no 1º trimestre de 2021 se verificou o mais alto licenciamento de fogos em construções novas para habitação familiar dos últimos cinco trimestres, devido ao licenciamento de vários empreendimentos imobiliários no município de Silves.

A Região Autónoma da Madeira, a Região Autónoma dos Açores e o Alentejo registaram as variações homólogas positivas mais

elevadas (+63,7%, +32,9% e +32,8%, pela mesma ordem). Para o crescimento mais acentuado que se verificou na Região Autónoma da Madeira contribuíram alguns licenciamentos de edifícios no município do Funchal, distribuídos pelos três primeiros meses do ano.

Em Portugal, no 1º trimestre de 2022, a área total licenciada aumentou 3,6% em termos homólogos (-5,9% no 4º trimestre de 2021). As regiões do Algarve e do Centro observaram variações negativas nesta variável (-48,7% e -3,0%, respectivamente). Todas as restantes regiões verificaram um aumento neste indicador, evidenciando-se a Região Autónoma da Madeira (+50,9%) e a Região Autónoma dos Açores (+40,7%). O aumento observado na Região Autónoma da Madeira é principalmente justificado pelo crescimento do número de fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, conclui o INE.

## Venda de carros novos volta a crescer

A venda de carros novos voltou a aumentar nos Açores durante o mês de maio.

É o quinto mês consecutivo que se verificam subidas nas vendas, registando-se em Maio 342 novas viaturas vendidas, mais 40 do que no mesmo mês do ano passado.

No total, de Janeiro a Maio, já foram vendidos na Região 1.630 carros novos, mais 160 do que em igual período do ano anterior.

